



Câmara de Comércio Internacional Comitê Brasileiro

Av. General Justo, 307 - Rio de Janeiro

Telefone: (0XX) 21 2532-6015 - Fax: (0XX) 21 2544-2821

Web Site: www.iccwbo.com

E-mail: iccbrasil@cnc.com.br

CARTA DE NOTÍCIAS

Nº 70 - JANEIRO / MARÇO 2010

VISÃO GERAL DA CCI *Uma organização mundial empresarial*

A Câmara de Comércio Internacional - CCI é a organização mundial de negócios, um órgão representativo que fala com autoridade em nome de empresas de todos os setores de todas as partes do mundo.

A missão fundamental da CCI é promover o comércio e investimentos no mercado internacional e auxiliar as empresas a enfrentarem os desafios e oportunidades da globalização. Sua convicção de que o comércio é uma força poderosa para a paz e a prosperidade data das origens da organização, fundada em 1919, na França, por um grupo de líderes empresariais que se intitulavam “**mercadores da paz**”.

A CCI possui uma autoridade sem paralelo ao estabelecer regras que regem a conduta dos negócios internacionais. Embora sejam voluntárias, essas regras são observadas em milhões de transações diárias. A CCI também fornece serviços essenciais, com destaque para a Corte Internacional de Arbitragem, a principal instituição mundial de arbitragem. Outro serviço é a Federação Mundial de Câmaras, rede mundial de Câmaras de Comércio da CCI que fomenta a interação e o intercâmbio de melhores práticas comerciais.

Líderes e especialistas de negócios dentre os membros da CCI estabelecem a postura de negócio em relação a questões amplas de comércio e política de investimentos bem como sobre assuntos técnicos e setoriais vitais. Esses incluem serviços financeiros, tecnologias da informação, telecomunicações, ética de comercialização, ambiente, transportes, legislação de concorrência e propriedade intelectual.

A CCI possui status de consultora de mais alto nível dentro da ONU e de suas agências especializadas.

O programa de conferências e eventos da CCI é o canal essencial para repassar a experiência da organização mundial de negócios para um público mais amplo. O Departamento de Eventos da CCI, pertencente aos Serviços da CCI, aborda questões de política que interessam diretamente os negócios, como técnicas e práticas bancárias, e-business, TI e telecomunicações, pirataria e falsificação. Também realiza cursos de treinamento sobre arbitragem internacional e negociação de contratos internacionais para homens de negócio, consultores jurídicos empresariais, advogados e outros profissionais da área jurídica envolvidos no comércio internacional.

NOTÍCIAS DA CCI

Comissão sobre Técnicas e Práticas Bancárias

A Comissão sobre Técnicas e Práticas Bancárias da ICC reuniu-se no dia 18 de março, em Paris, para apresentação pública da URDG 758, em vigor a partir de 01/07/2010, que promove a atualização da URDG – Regras Uniformes para Garantias sob Demanda, ou sejam garantias bancárias em processos litigiosos relativos a contratos no comércio internacional.

Segundo esclarece a Comissão, não se trata simplesmente de atualizar a URDG 458, mas, sim, de tornar as regras mais claras, mais precisas e compreensivas, além de introduzir inovações relacionadas às novas práticas introduzidas no século XXI.

A Comissão informa, também, que foi criado um Grupo de Trabalho Consultivo com o objetivo de proceder à revisão das Publicações nºs 645 e 681 da CCI, que tratam das Práticas Bancárias Padronizadas Internacionais (ISBP), em razão das alterações introduzidas pela UCP 600, de outubro de 2006. Esclarece, todavia, que esta não será apenas uma revisão, mas claramente uma versão atualizada.

Comissão Tributária

O Presidente da Comissão Tributária da ICC-Paris, Robert Couzin, divulgou publicamente apelo da Instituição dirigido aos governos dos países membros, no sentido de reverem os dispositivos legais sobre fusões e aquisições internacionais. A ICC condena a prática adotada por alguns Governos que tributam as transações do gênero, mesmo quando realizadas fora de seus territórios e de suas jurisdições legais, tendo em vista efeitos adversos que produzem sobre o comércio e os investimentos internacionais.

Comissão sobre Marketing e Publicidade

A Comissão sobre Marketing and Advertising da ICC realizou em Nova York, em 26 de janeiro, um Seminário com a participação de profissionais e especialistas em questões relacionadas ao meio ambiente. Na ocasião, a ICC divulgou importante documento intitulado “Frame Work for Responsible Environmental Marketing Communications”, especialmente destinado a reforçar a confiança e resguardar os interesses dos consumidores, em relação à propaganda e publicidade.

Comissão de Transportes e Logística

A Comissão de Transportes e Logística da ICC-Paris divulgou uma nota, em janeiro/10, expressou uma reação de inconformidade em relação à violência e pirataria que está sendo desenvolvido, com base na Somália, no Oceano Índico e nas rotas marítimas que vão do Golfo Árabe ao Cabo da Boa Esperança.

Os crimes que estão sendo praticados contra navios cargueiros e suas tripulações precisam ser combatidos com urgência, e a ICC invoca a responsabilidade dos Governos, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei dos Mares.

Carnet ATA

Aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao Senado, em 05 de março, o Projeto de Decreto Legislativo nº 23/2010, que autoriza a adesão do Brasil à Convenção de Istambul, conhecida pela sigla ATA Carnet. Trata-se de importante decisão de promoção do comércio internacional, que visa agilizar a admissão temporária e o livre trânsito aduaneiro de amostras de produtos destinados a feiras e eventos no País e no exterior, como isenção temporária de tributos, até um ano. O Carnet ATA cobre, basicamente, amostras comerciais, equipamentos profissionais e produtos destinados a feiras e exposições.

MEIO AMBIENTE

COP 15 – COPENHAGUE

A reunião das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, teve três destaques: 1) aguçou as dúvidas sobre o “efeito estufa”, embora não tenha chegado à confrontação entre os “adeptos do CO²” e os “céticos” do aquecimento global; 2) aliviou a “barra” dos grandes países industrializados, que praticamente suspenderam as obrigações decorrentes do Protocolo de Kyoto e transferiram parte das responsabilidades aos países de menor nível de desenvolvimento, como China, Brasil e Indonésia, incluindo o **desmatamento** das florestas entre as maiores causas de emissão de CO²; e 3) paralelamente, metade da reunião foi dedicada a assuntos financeiros, principalmente a ajuda bilionária que os países ricos devem dar aos países pobres, a título de adaptação e compensação. **Não se discutiu o grave problema da explosão demográfica, principal causa**

do empobrecimento e de grande parte da poluição. É uma conclusão óbvia: sem deter o crescimento demográfico, não há solução para a pobreza.

O Brasil aceitou dois compromissos sérios: contribuir para a criação de um Fundo de US\$ 10 bilhões de ajuda aos países pobres, e reduzir - voluntariamente - entre 36,1% e 38,9%, até 2020, as emissões de GEE (gases de efeito estufa), inclusive drástica redução do **desmatamento**, tendendo a **zero**. Por outro lado, o Brasil espera receber vultosa indenização pela **floresta não desmatada**, dentro do sistema REDD.

Vários “estudos” realizados por instituições nacionais e estrangeiras concluíram que o Brasil é responsável por 5% das emissões globais de GEE e que 55% dessas emissões provêm da pecuária e do desmatamento, uma questão que vai afetar o nosso próspero agronegócio.

Ação contra o desmatamento

O fracasso de Copenhague em obter um acordo mais amplo e global com força jurídica, levou o grupo de florestas a se organizar. Oito países, sob a liderança de Brasil e França, anunciaram no dia 11 de março, em Paris, a criação de um grupo para liderar o combate à destruição de florestas em todo o mundo, independentemente do processo de negociação sobre mudanças climáticas conduzido pelas Nações Unidas. Foi dito que o desflorestamento responde por 20% das emissões de gases do efeito estufa.

Numa reunião com representantes de 64 países, o Grupo já conseguiu compromissos de US\$ 1,2 bilhão para o combate ao desmatamento, montante que se soma aos US\$ 3,5 bilhões que já haviam sido prometidos por seis países, entre eles Noruega e França, como parte do Acordo de Copenhague. O presidente francês, Nicolás Sarkozy, propôs que os países do G20 destinem ao Fundo os recursos de impostos sobre certas operações financeiras.

Revisão do IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change

O Secretário-Geral da ONU e o presidente do IPCC anunciaram recentemente, em Nova York, a criação de um órgão de auditoria totalmente independente – Conselho Interacademias/IAC – para avaliar os procedimentos do

IPCC e submeter o Painel a uma avaliação externa, antes da divulgação do 5º Relatório, em outubro deste ano. O IAC será composto por presidentes de 15 academias de ciências, inclusive do Brasil.

Gás Metano na Sibéria

Um grupo liderado pelos russos Natalia Shakhova e Igor Semiletov, da Universidade do Alasca em Fairbanks e da Academia Russa de Ciências, afirma que o mar do leste da Sibéria está supersaturado de metano em sua superfície. O fenômeno foi mapeado no período entre 2003 e 2008 no leste siberiano, uma região de 2 milhões de Km². A quantidade de metano saindo da Plataforma Ártica Leste-Siberiana é comparável ao total que sai de todos os oceanos da Terra, afirmam os cientistas. O metano tem 21 vezes mais potencial de esquentar o planeta do que o gás carbônico.

Unidades de Conservação

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que houve um avanço considerável na implantação de Unidades de Conservação (UCs) no País. Desde maio de 2008, foram criados 7,5 milhões de hectares de Unidades de Conservação e novas UCs serão criadas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Piauí e Roraima.

Mercado de Carbono

O primeiro leilão de crédito de carbono voluntário da América Latina será realizado pela BM&F Bovespa em 8 de abril e poderá movimentar R\$ 2 milhões. Esse valor ainda é pequeno, perto do mercado regulado de carbono do Brasil, de US\$ 460 milhões ao ano. Atualmente, o Brasil é o terceiro País com mais projetos no setor, atrás de China e Índia, segundo a Consultora CantorCO2. O mercado voluntário independe de metas estabelecidas por países ou pela ONU, que define normas mais rígidas.

COMITÊ BRASILEIRO

Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Energia

Realizou-se no dia 26 de fevereiro, na sede da CNC-Rio, reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Energia, coordenada pelo Dr. Marcelo Drugg Barreto Vianna, Vice-Presidente do Comitê Brasileiro da CCI.

Da Agenda da reunião constaram os seguintes temas:

- Painel sobre a posição brasileira na COP 15, em Copenhague, com relação a “Mudanças Climáticas” e seus desdobramentos.
- Painel sobre o Sistema Brasileiro de Licenciamento Ambiental
- Painel sobre Políticas Ambientais no Estado do Amazonas e preparação para a Copa do Mundo.

Participaram da reunião, entre outros, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do MRE, o Secretário Executivo José Domingos Gonzalez Miguez, da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC), Newton Paciornik, Diretor do Inventário do MCT, Roberto Messias Franco, Presidente do IBAMA (MMA), Ives Pereira Muller, da Deloitte e Nadia Cristina d’Ávila Ferreira, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado do Amazonas.

Comissão de Arbitragem

O Coordenador da Comissão de Arbitragem do Comitê Brasileiro da CCI, professor Arnaldo Wald, está comunicando aos associados que a reunião da Comissão, anteriormente agendada para 16 de março, será realizada no dia 06 de abril próximo, no mesmo local e hora. Solicitamos confirmar presença com as Secretárias Gizele Reginato (iccbrasil@cnc.com.br) ou Luciene Nishioka (luciene@wald.com.br).

Conselho Diretor do Comitê Brasileiro da ICC

Presidente:	Carlos Henrique de C. Fróes	COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ENERGIA
Theophilo de Azeredo Santos	Carlos Maximiano Mafra de Laet	
Secretário Geral:	Cid Heráclito de Queiroz	Coordenador: Marcelo Drugg Barreto Vianna
Ernane Galvêas	João Augusto Souza Lima	COMISSÃO DE ARBITRAGEM
	Luiz Fernando Teixeira Pinto	
Vice-Presidentes:	Manoel Pio Corrêa	COMISSÃO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, MARKETING E CONCORRÊNCIA
Antonio Oliveira Santos	Marcelo Drugg Barreto Vianna	
Armando Monteiro Netto	Oswaldo Trigueiros Júnior	
Arnold Wald		Coordenador: Pietro Ariboni